



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM CASCAVEL/PR
R. Sete de Setembro, 3443 - Centro, Cascavel - PR, 85801-140

EDITAL Nº 05/2025

EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO REMUNERADO PARA GRADUAÇÃO EM DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM CASCAVEL - PR

A Defensora Pública Chefe Substituta, no uso de suas atribuições delineadas na Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, e em observância à Portaria DPGU nº 408, de 27 de maio de 2019, e à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, torna pública a abertura de inscrições de Processo Seletivo para Estágio Remunerado na Defensoria Pública da União em Cascavel - PR e dá outras providências.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente edital disciplina o processo de seleção de estudantes do Curso de Direito interessados/as na realização de estágio remunerado, oferecido pela **Defensoria Pública da União em Cascavel - PR**;

1.2. O presente processo seletivo é destinado à formação de **cadastro reserva**, para preenchimento de vagas de estágio do presente exercício ou durante o seu prazo de validade, **com preferência para o Turno Vespertino**;

1.3. A aprovação no concurso não gera direito subjetivo à convocação. A convocação ocorrerá de acordo com a ordem de classificação, disponibilidade de horário (no período da manhã e no período da tarde) e conforme a conveniência e necessidade da Defensoria Pública da União em Cascavel - PR;

1.4. O processo seletivo obedecerá às normas deste Edital e terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data da Homologação do Resultado Final, podendo ser prorrogado por igual período;

1.5. A vigência do estágio será fixada no Termo de Compromisso de Estágio - TCE, pelo período mínimo de 06 (seis) meses, nos termos do parágrafo 1º, do art. 145, da Lei Complementar nº 80/94;

1.6. A duração do estágio será de no máximo 04 (quatro) semestres letivos, obedecido o período mínimo de 01 (um) semestre, nos termos do art. 22, inciso VIII, da Orientação Normativa nº 07, de 30/08/2008;

1.7. O tempo de estágio na Defensoria Pública da União é considerado serviço público relevante e prática forense, conforme art. 145, § 3º, da Lei Complementar nº 80/94;

1.8. A remuneração mensal dos estagiários na Defensoria Pública da União compreende **R\$ 800,00 (oitocentos reais)**, conforme o artigo 10, inciso II, da Portaria GABDPGF DPGU nº 408, de 27 de maio de 2019;



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM CASCAVEL/PR
R. Sete de Setembro, 3443 - Centro, Cascavel - PR, 85801-140

1.9. Será contratado, pela entidade intermediadora do estágio, Seguro contra Acidentes Pessoais a favor dos estagiários;

1.10. Nos termos dos arts. 12 e 13 da Lei nº 11.788/2008, fica assegurado ao estagiário Auxílio Transporte no valor de **R\$ 8,00 (oito reais)** por dia efetivamente estagiado e o usufruto de recesso remunerado;

1.11. A carga horária a ser cumprida pelo estagiário é de 20 (vinte) horas semanais, ou seja, 04 (quatro) horas diárias, no turno Vespertino, **em caráter presencial**, conforme a disponibilidade de vagas e respeitando o turno escolar do estagiário;

1.12. As publicações referentes a este processo seletivo, como editais, resultados, informes e retificações, serão publicadas oficialmente no site da Universidade Patativa do Assaré, sendo responsabilidade do/a candidato/a acompanhar essas publicações;

2. DA INSCRIÇÃO

2.1. As inscrições serão gratuitas, com período do **dia 28/10/2025 e encerram às 23h59(horário de Brasília) do dia 07/12/2025** do corrente ano, no portal eletrônico da Universidade Patativa do Assaré;

2.2. Para melhor facilitar o acesso basta clicar neste link que direciona os candidatos na busca do processo seletivo desejado: <https://universidadepatativa.com.br/site/processos-seletivos-estagio/> - opção: **ESTÁGIO - PROCESSOS SELETIVOS ESTÁGIOS** e busca por **Defensoria Pública da União em Cascavel - PR**;

2.3. Aos candidatos que nunca realizaram cadastros pessoais em nosso sistema, ao acessar o link das inscrições, deverá clicar no item **“Registrar Novo Membro”**, aos candidatos que já possuem cadastros pessoais em nosso sistema, abrindo a página deste processo seletivo deverá clicar no item **“Cadastros/Inscrições”** – acessar com login com email e senha e realizar sua inscrição no certame desejado;

2.4. **Segue o passo a passo das inscrições:** ao clicar no link das inscrições o/a candidato/a será direcionado para o sistema da UPA, realizando assim seu cadastro pessoal, após a confirmação do cadastro sem erro o sistema disponibilizará todos os processos seletivos em abertos para inscrição, cabendo ao candidato ter atenção e clicar no processo seletivo do **Defensoria Pública da União em Cascavel - PR**; O pedido de inscrição implicará aceitação, pelo candidato, de todas as normas e condições do Edital;

2.5. No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá informar dados pessoais e escolares válidos, caso declare algum dado errado poderá ser corrigido, a exclusão será realizada e refeita dentro do período de inscrição determinado no edital, desde que solicite através de ligação para os contatos: WhatsApp (88) 99687 - 1625 - ou 0800 591 8710, ou através de e-mail para: dpucascavelpr@universidadepatativa.com.br; Após o término da inscrição não será realizada nenhuma correção nos dados declarados pelo(a) candidato(a);

2.6. Será **Desclassificado do certame** o candidato que:

- a) Realizar cadastro no sistema da Universidade Patativa com nomes fictícios, incompletos, apelidos e outros nomes que não sejam o constante na documentação pessoal oficial (RG), ex: José da Silva Pereira (correto);
- b) Inscrições de candidatos cursando outras graduações;
- c) Após a inscrição, informar em qualquer outra etapa do processo seletivo, e-mail diferente daquele declarado no momento do cadastro;
- d) As inscrições realizadas neste certame devem ser exclusivas dos candidatos;
- e) Solicitar alteração de dados pessoais após encerrado o processo de inscrição (ex.: e-mail, CPF, RG, nome, data de nascimento etc.);
- f) De outras localidades, outros estados e afins que houver realizado a inscrição;
- g) Solicitar a alteração de e-mail e CPF indicados no ato da inscrição. Não será possível alterar dados pessoais após encerrado o processo de inscrição (ex.: e-mail, CPF, RG, nome, data de nascimento, etc.);
- h) Não houver informado e-mail válido, para que toda a comunicação do processo seletivo seja realizada através dele até o final deste certame e em nenhuma hipótese é possível informar outros e-mails.
- i) O candidato deverá, no ato de inscrição, informar o(s) períodos de disponibilidade e de interesse em estagiar, em ordem de preferência, caso seja convocado.
- j) A Relação de Inscritos deferidos e indeferidos (desclassificados) será publicada no site **dia 09 de Dezembro de 2025**;

2.7. As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Universidade Patativa do Assaré - UPA do direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher os dados de forma completa e correta.

2.8. No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e escolares válidos, caso declare algum dado errado poderá corrigir, desde que exclua a inscrição e refaça dentro do período de inscrição determinado no edital. Após o término da inscrição não será realizada nenhuma correção nos dados declarados pelo candidato;

2.9. Para os Graduandos(as) em Direito: ser acadêmico/a de Direito comprovadamente matriculados; serão aceitas as inscrições de candidatos matriculados a partir do 1º (primeiro) semestre do curso de Direito, mantido por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido pelo MEC. A opção pela inscrição independe de abordagem prévia de todo conteúdo programático pelo programa de graduação frequentado pelo candidato.

2.10. Nos atos de convocação e assinatura do contrato, o candidato **não poderá estar cursando seu último semestre letivo**, pois o estágio se encerra impreterivelmente com a finalização das atividades da Graduação;

2.11. O candidato que desejar atendimento pelo **NOME SOCIAL**, conforme Decreto 8.727, de 28 de abril de 2016, e que ainda não possui os documentos oficiais retificados com seu nome,

poderá solicitá-lo no ato da inscrição pelo e-mail: dpucascavelpr@universidadepatativa.com.br dentro do período de inscrições conforme item 2.1 deste edital;

2.12. Não serão aceitas outras formas de solicitação de nome social, tais como: via postal, telefone ou fax. A Coordenação de Estágio da Defensoria Pública da União e a UPA reservam-se o direito de exigir, a qualquer tempo, documentos que atestem a condição que motiva a solicitação de atendimento declarado.

2.13. O candidato nesta situação deverá realizar sua inscrição informando seu nome civil no campo nome completo, ficando ciente de que o nome social será utilizado em toda comunicação pública do processo seletivo, sendo considerado o nome civil apenas para as etapas internas e para a devida identificação do candidato, nos termos legais.

2.14. A Defensoria Pública da União e a Universidade Patativa do Assaré-UPA não se responsabilizam por solicitações de inscrições não recebidas por motivo de ordem técnicas computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, faltade energia elétrica, bem como de outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.15. Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3. DAS VAGAS À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

3.1.É assegurado o direito de inscrição no concurso às pessoas com deficiência que pretendem fazer uso da prerrogativa de **reserva de 10% das vagas** que lhes é facultada no inciso VIII, do art. 37, da CF, e no art. 17, § 5º, da Lei nº 11.788/2008, e art. 8º, §º da Portaria DPGU nº 408/2019, desde que a deficiência seja compatível com as condições de trabalho exigidas pelo órgão e com as atribuições da função.

3.2.O candidato pessoa com deficiência, no ato de inscrição, **deverá anexar no sistema da Universidade Patativa, durante o período de inscrições**, a comprovação da condição de deficiência nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, anexo da cópia do Laudo Médico com emissão no prazo máximo de 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com a perda da função e a expressa referência ao código correspondente à Classificação Internacional de Doenças (CID), assinatura e carimbo contendo o CRM do médico responsável por sua emissão, bem como a provável causa da deficiência, informando, também, o nome do candidato.

3.3.Após logar no sistema de provas com email e senha, o candidato deverá clicar na opção: **“MINHAS INSCRIÇÕES”** localizar o botão **“ENVIAR ARQUIVO”**, ao clicar neste botão os candidatos devem inserir o Laudo Médico em **“único arquivo”**, com tamanho limite **de 5 MB**, em formato **PDF** e anexar no sistema;

3.4.A solicitação de condições especiais será atendida segundo critérios de viabilidade e razoabilidade e poderá ser concedido o dobro do tempo para realização da prova. A solicitação será avaliada pela comissão do processo seletivo e será fundamentadamente deferida ou indeferida;

3.5. O candidato com deficiência participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, à avaliação, ao horário de aplicação da prova e às notas mínimas exigidas para todos os demais candidatos.

3.6. Não serão considerados como deficiência visual os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção, como, por exemplo, miopia, astigmatismo etc.

3.7. Se não houver aprovação de candidatos com deficiência, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

3.8. Os candidatos que no ato da inscrição se declararem com deficiência, se aprovados no processo seletivo, terão seus nomes publicados na lista geral dos aprovados e em lista à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

3.9. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004, no § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): "O candidato com visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas às pessoas com deficiência".

3.10. O candidato com deficiência auditiva, além do laudo médico solicitado no item 3.2. deverá apresentar exame de audiometria tonal recente (no máximo de 12 meses) nas frequências 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz, conforme Art. 5º, § 1º, I, alínea "b", do Decreto nº 5.296, de 02/12/2004.

3.11. A vigência do contrato de estagiário com deficiência poderá ser prorrogada até a data de conclusão do respectivo curso superior.

3.12. A qualquer tempo, o estagiário contratado na condição de pessoa com deficiência poderá ser submetido a avaliação médica, a cargo da DPU, para comprovação.

4. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS INDÍGENAS

4.1. Das vagas que surgirem durante o prazo de validade do concurso, 5% (cinco por cento) para pessoas indígenas, conforme RESOLUÇÃO CSDPU Nº 157, DE 5 DE MARÇO DE 2020.

4.2. Dentro do prazo das inscrições, a condição de Indígena do/a candidato/a que assim se autodeclare deverá ser confirmada mediante o anexo no sistema da Universidade Patativa de ao menos um dos seguintes documentos abaixo:

I - Declaração de sua respectiva comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por, pelo menos, duas lideranças reconhecidas;

II - Documento emitido pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI que ateste sua condição.

III - Após logar no sistema de provas com email e senha, o candidato deverá clicar na opção: **“MINHAS INSCRIÇÕES”** localizar o botão **“ENVIAR ARQUIVO”**, ao clicar neste botão os candidatos devem inserir a documentação em **“único arquivo”**, com tamanho limite **de 5 MB**, em formato **PDF** e anexar no sistema;

5. DAS VAGAS DESTINADAS EM COTAS RACIAIS – PRETOS E/OU PARDOS

5.1. Das vagas que surgirem durante o prazo de validade do concurso, 30% (trinta por cento) serão providas por candidatos/as negros/as, na forma do Decreto 9.427, de 28 de junho de 2018 e RESOLUÇÃO CSDPU Nº 173, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

5.2. Para concorrer às vagas reservadas a negros/as, o/a candidato/a deverá anexar no sistema da Universidade Patativa, no ato da inscrição um Formulário de Autodeclaração devidamente preenchido e assinado manualmente, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e caso não seja enviado a autodeclaração conforme descrito acima, o/a candidato/a passará automaticamente à ampla concorrência. A autodeclaração terá validade somente para esta seleção.

5.2.1. Após logar no sistema de provas com email e senha, o candidato deverá clicar na opção: **“MINHAS INSCRIÇÕES”** localizar o botão **“ENVIAR ARQUIVO”**, ao clicar neste botão os candidatos devem inserir o Formulário de Autodeclaração em **“único arquivo”**, com tamanho limite **de 5 MB**, em formato **PDF** e anexar no sistema;

5.2.2. **Formulários de Autodeclaração enviados:** sem o devido preenchimento correto conforme consta no item 5.2, totalmente fora dos padrões de configuração permitidos, sem a realização do download do documento, redigido de forma manual, sem constar assinatura, com falhas e ou digitalizados serão indeferidos de imediato e passarão a concorrer na Listagem Geral de Ampla Concorrência;

5.2.3. A autodeclaração terá validade somente para esta seleção;

5.3. Após a publicação final dos aprovados no processo seletivo, os/as candidatos/as que se autodeclararem pretos/as ou pardos/as **serão analisado através do envio de vídeos de autodescrição solicitados pela Comissão Examinadora deste Processo Seletivo, a Universidade Patativa – UPA, em data previamente agendada com os aprovados, será publicado no site o agendamento deste processo, antes da possível convocação**, que validarão ou não a condição do candidato autodeclarado/a negro/a por decisão da Comissão;

5.3.1. A respeito dos critérios de avaliação considerados pela Comissão:

I - A análise dos vídeos enviados será realizada pela comissão especial terá a finalidade específica e exclusividade avaliar o fenótipo dos/as candidatos/as negro/as;

II - em relação ao inciso anterior, apenas serão permitidos os seguintes questionamentos pela Comissão:

a) confirmação do nome do/a candidato/a;

b) a área de estágio para a qual se inscreveu;

- c) ratificação que, quando da inscrição no concurso, expressamente se autodeclarou negro/a; e
- d) quais as razões porque o/a candidato/a se autorreconhece como preto/a ou pardo/a.

5.3.2 A ausência à citada análise ou a decisão que não reconheça a condição de negro/a, permite que o/a candidato/a siga no certame, mas disputando entre as vagas da ampla concorrência, caso tenha pontuação para figurar entre os classificados para a concorrência geral;

5.3.3 O/a candidato/a será informado/a previamente de eventuais documentos que deva apresentar na gravação dos seus vídeos para instrução da avaliação da comissão.

5.3.4 Caso a Comissão repute pertinente, poderá conceder ao/à candidato/a prazo predefinido em edital para complementar a documentação apresentada nos vídeos, de forma a auxiliá-la na manifestação final de seus membros.

5.3.5 Ao/À candidato/a reprovado/a pela Comissão de verificação oportunizar-se-á acesso ao seu relatório de entrevista e, no prazo de 02 (dois) dias úteis após acesso ao relatório, recorrer do resultado, exclusivamente por via eletrônica, para o e-mail: dpucascavelpr@universidadepatativa.com.br;

- 5.4. Todas as informações sobre o Processo de Heteroidentificação será publicado no site da UPA;
- 5.5. Os estudantes habilitados entre os que participarem na condição de cotista terão seus nomes publicados em listas à parte e lista geral, observada a seleção para a qual concorreram, conforme a seguir especificado:
 - 5.5.1. Estudantes com deficiência;
 - 5.5.2. Estudantes negros/as (pretos/as ou pardos/as).
 - 5.5.3. Estudantes indígenas

6. DOS REQUISITOS PARA INGRESSAR NO PROGRAMA DE ESTÁGIO DA DPU

6.1. Os requisitos para o estudante ingressar no Programa de Estágio da Defensoria Pública da União são os seguintes;

- a) ter sido aprovado no processo seletivo;
- b) serão aceitas as inscrições de candidatos matriculados a partir do 1º (primeiro) semestre do curso de Direito, mantido por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido pelo MEC, devendo ser comprovada a matrícula no momento da convocação;
- c) quando convocado para firmar o Termo de Compromisso de Estágio - TCE, ocasião em que deverá apresentar o Histórico Escolar atualizado e o comprovante de matrícula;
- d) estar em dia com as obrigações eleitorais e com as concernentes ao Serviço Militar;
- e) existirem vagas, que serão preenchidas de acordo com a classificação obtida;

- f) demonstrar aptidão física para a realização do estágio, mediante apresentação de Atestado Médico;
- g) apresentar Declaração de que não é servidor titular de cargo ou função pública em qualquer esfera do governo;
- h) possuir noções básicas do Pacote Office e demais ferramentas de Sistema de Informação;
- i) não ter sido desligado anteriormente do estágio nesta unidade, por quaisquer dos motivos previstos na Portaria DPGU nº 408/2019, salvo se o desligamento se deu a pedido do estagiário.

7. DA REALIZAÇÃO DA PROVA ON-LINE

7.1. Este processo seletivo será formado em única etapa: aplicação de prova objetiva na modalidade online;

7.2. DA PROVA OBJETIVA ONLINE:

7.2.1. A prova objetiva on-line será disponibilizada das **00:00h às 23:59h, (Horário de Brasília) do dia 10/12/2025 (quarta-feira)**, conforme Cronograma de datas constante em Anexo do presente edital, não podendo ser realizada em hipótese alguma após esta data;

7.2.2. O(A) candidato(a) poderá acessar **a prova objetiva on-line** através da “Área do candidato” no site com seu login e senha. Para melhor facilitar o acesso basta clicar neste link que direciona os candidatos na busca do processo seletivo desejado: <https://universidadepatativa.com.br/site/processos-seletivos-estagio/> - **opção: ESTÁGIO - PROCESSOS SELETIVOS ESTÁGIOS e busca por Defensoria Pública da União em Cascavel - PR;**

7.2.3. Após logar no sistema de provas online o candidato deverá ir na opção: “Minhas Inscrições” localizar a avaliação e clicar no botão referente ao início da prova;

7.2.4. O(a) candidato(a) poderá optar em duas formas de acessar sua prova objetiva online: a forma descrita no item acima e o link da prova que será emitido no comprovante de inscrição do candidato sem a necessidade de acessar o site; A prova on-line só estará disponível na data prevista no item 7.2.1, não podendo ser realizada em hipótese alguma posteriormente;

7.2.5. Após logar no sistema de provas online, o candidato deverá ir na opção: **Minhas Inscrições**, localizar a avaliação disponibilizada e clicar no botão referente ao início da prova;

7.2.6. O candidato terá 03 (três) minutos, (180 segundos), para responder cada questão, caso não responda dentro do tempo determinado, o sistema gravará a resposta em branco e seguirá automaticamente para próxima questão;

7.2.7. Após a conclusão da questão ou término do tempo previsto, esta não poderá mais ser acessada;

7.2.8. O caderno de questões não será disponibilizado;

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM CASCAVEL/PR

R. Sete de Setembro, 3443 - Centro, Cascavel - PR, 85801-140

- 7.2.9. A desconexão por qualquer outro motivo acarretará na perda de 01 (uma) questão. Ao realizar nova conexão, a questão não será visualizada novamente e sua resposta será nula, sem direito de substituição da questão. A exceção da perda se dará ao clicar no botão “Responder e sair da prova”;
- 7.2.10. O candidato é responsável por realizar a prova em conexão estável e segura;
- 7.2.11. O candidato que não realizar a prova objetiva online será automaticamente eliminado do processo seletivo;
- 7.2.12. **A Prova Objetiva Online será composta por 40 (quarenta) questões** e poderá versar sobre qualquer ponto constante no Conteúdo Programático de estudos em Anexo II, cada uma delas com 04 (quatro) alternativas, sendo apenas uma destas considerada correta, e serão assim distribuídas: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Previdenciário, Princípios Institucionais da Defensoria Pública e Noções de Direitos Humanos.
- 7.2.13. Recomendações antes do início da prova objetiva:
- Certifique sua disponibilidade de tempo para realizar a prova;
 - Procure um local tranquilo e silencioso;
 - Realize a prova individualmente, sem consulta ou apoio de outros materiais ou pessoas;
 - Procure acessar a prova em um local que ofereça internet banda larga;
 - Não abra mais de uma janela/aba do navegador ou *print* de tela;
 - Certifique que o navegador está com o JavaScript ativado;
 - Durante a realização da prova objetiva online o candidato não poderá abrir mais de uma janela/aba do navegador de internet, tirar o cursor do mouse da tela ou utilizar *print* de tela sob pena de ter a questão anulada.
- 7.2. Acarretará a eliminação do candidato ou anulação da questão, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas mencionadas, para a realização da prova, definidas neste edital ou em outros relativos ao processo seletivo, nos comunicados, nas instruções ao candidato ou naquelas constantes em cada prova.
- 7.2.1. Para cada acerto será computado 1,0 (um ponto), totalizando 40 (quarenta) pontos;
- 7.2.2. Somente será classificado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 40% (quarenta por cento) do total da prova objetiva; **o candidato que atingir a pontuação mínima de até 16 (dezesesseis) pontos segue normalmente neste certame, porém, o candidato que atingir a pontuação abaixo de 16 (dezesesseis) pontos será eliminado do certame;**
- 7.2.3. Os candidatos que iniciarem a realização da sua prova objetiva deverão “**finalizar**” a mesma, em caso contrário haverá a perda das questões e ela não será mais acessada.
- 7.3. Para salvar as respostas de cada alternativa e não perder a questão os candidatos devem clicar em “**Registrar**” e em seguida seguir nas resoluções das questões.

- 7.4. Em caso de empate na classificação final dos aprovados na prova objetiva online, o desempate será feito pelo seguinte critério:
- maior idade;
 - A elaboração e correção das PROVAS OBJETIVAS ON-LINE, assim como análise e respostas aos recursos interpostas estarão sob a responsabilidade deste Agente de Integração Universidade Patativa.

8. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

8.1. A Lista e Gabarito Preliminar da Prova Objetiva on-line será divulgado no dia: **11/12/2025** no site da Universidade Patativa do Assaré;

8.2. Serão admitidos Recursos quanto ao Gabarito Preliminar da Prova Objetiva Online, que deverão ser encaminhados eletronicamente no dia: **12/12/2025**, para o endereço: dpucascavelpr@universidadepatativa.com.br em formulário específico, disponível para download no site da Universidade Patativa do Assaré, que deverá ser preenchido e enviado em formato PDF;

8.3. Os requerimentos de recursos enviados fora dos padrões permitidos, ou seja, enviados apresentando textos desconfigurados, fora das margens legais exigidas pelas Normas da ABNT, em manuscrito, fora do prazo e de forma ofensiva serão de imediato indeferidos;

8.4. Não serão aceitos recursos por via postal, fax, pessoalmente, ou outro meio não previsto neste edital;

8.5. Serão rejeitados, também, liminarmente, os recursos enviados fora do prazo indicado no item 9.2, bem como aqueles que não contiverem dados necessários à identificação do candidato ou for redigido de forma ofensiva.

8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação do eventual prejuízo, devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, legislação, páginas de livros, nomes dos autores, etc., com a juntada, sempre que possível, de cópia dos comprovantes e, ainda, exposição de motivos e argumentos.

8.7. A decisão da banca examinadora da Universidade Patativa do Assaré será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos das provas objetivas e discursivas, sendo soberana em suas decisões, não sendo aceita, ainda, revisão de recursos.

8.8. Se do exame de recurso resultar na anulação de questão integrante da prova objetiva, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.9. A publicação da **Lista de Classificação Definitiva da Prova Objetiva on-line, Gabarito Definitivo e Respostas aos Recursos** serão publicadas no site dia: **16/12/2025 – terça-feira;**

8.10. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de recursos de recursos, revisão de recursos e/ou recurso do gabarito oficial e resultado final.

8.11. As listas de classificação serão disponibilizadas por ordem decrescente de classificação das notas obtidas nos termos deste edital sendo:

8.11.1. lista geral de ampla concorrência;

8.11.2. lista dos candidatos pessoa com deficiência-PCD;

8.11.3. lista dos candidatos autodeclarados negros ou pardos - COTAS;

8.11.4. lista dos candidatos autodeclarados indígenas.

8.12. A lista de **convocação para a entrevista** pela Comissão de Avaliação de Heteroidentificação será divulgada dentro do período indicado no Anexo deste Edital;

8.13. A comprovação dos requisitos indispensáveis ao início das atividades será exigida após a realização do certame, por ocasião da celebração do contrato de estágio com o candidato aprovado;

8.14. As convocações dos aprovados, de acordo com a existência de vagas dar-se-ão através de contato através de: e-mail, contato telefônico, conforme informações constantes na ficha de inscrição. Uma vez convocados, de acordo com as vagas existentes, os candidatos terão prazo de até 01 (um) dia útil para declarar se possuem interesse na realização do estágio. Se positiva a declaração, será requerida a contratação ao Defensor Público Geral da União;

8.15. Os candidatos aprovados que recusarem o estágio à época de sua primeira convocação, solicitando final de lista, poderão ser novamente convocados, desde que todos os candidatos habilitados já tenham sido chamados e o processo seletivo ainda esteja no prazo de validade;

8.16. Ao ser convocado, o estudante classificado deve apresentar a DPU declaração de escolaridade recente, emitida pela instituição de ensino.

8.17. Todas as datas mencionadas nesse capítulo são datas prováveis e poderão sofrer alterações.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Este edital entra em vigor na data de sua publicação;

9.2. É responsabilidade exclusiva do candidato informar à Defensoria Pública da União qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

9.3. Os casos omissos ou outros que vierem a surgir serão resolvidos pela Comissão de Avaliação.



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM CASCAVEL/PR
R. Sete de Setembro, 3443 - Centro, Cascavel - PR, 85801-140

9.4. As convocações dos aprovados, de acordo com a existência de vaga e com sua classificação, dar-se-ão por meio de contato pessoal via telefone e/ou e-mail, conforme informações constantes na ficha de inscrição online, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizados seus dados, endereço, telefone e e-mail na Coordenação de Estágios da Universidade Patativa do Assaré.

9.5. A Secretaria de Gestão de Pessoas manterá cadastro de todos os(as) estagiários(as) da Defensoria Pública da União que ingressarem na carreira pelo sistema de cotas, para fim exclusivo de avaliação da eficácia da adoção da ação afirmativa.

9.6. O candidato aprovado e classificado que for convocado, poderá, se assim desejar, encaminhar e-mail ao setor de seleções da Universidade Patativa do Assaré dpucascavelpr@universidadepatativa.com.br comunicando a desistência da vaga ou solicitando final de fila na lista de aprovados.

9.7. A comprovação dos requisitos indispensáveis ao início das atividades será exigida após a realização do certame, por ocasião da celebração do contrato de estágio com o candidato aprovado.

9.8. Os comunicados e as demais informações relativas ao certame serão publicados no site da UPA (www.universidadepatativa.com.br) e no site da Defensoria Pública da União em Cascavel - PR.

9.9. Mais informações poderão ser obtidas pelo e-mail: dpucascavelpr@universidadepatativa.com.br ou pelo telefone WhatsApp: (88) 99687-1625 e pelo 0800 591 8710;

9.10. A simples inscrição no presente Processo Seletivo autoriza a UPA e a Defensoria Pública da União em Cascavel - PR a utilizar-se dos dados inseridos ou transferi-los, mantendo-se a mesma finalidade para as quais foram fornecidos.

9.11. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cascavel - PR, 24 de Outubro de 2025.



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM CASCAVEL/PR
R. Sete de Setembro, 3443 - Centro, Cascavel - PR, 85801-140

ANEXO - I

DO CRONOGRAMA DE DATAS

ETAPA	DATA
Período de inscrições no site	Dias: 29/10/2025 até às 23:59hs do dia: 07/12/2025;
Verificação no sistema das inscrições e aplicabilidade do item desclassificatório	Dia: 08/12/2025
Publicação da Relação de Inscritos Deferidos e Indeferidos no site	Dia: 09/12/2025
Realização da prova objetiva on-line	Dia: 10/12/2025 – das 00:00hs – 23:59hs;
Publicação da Lista e Gabarito Preliminar da Prova Objetiva on-line	Dia: 11/12/2025
Prazo de Recurso quanto a Lista e Gabarito da Prova Objetiva On-line.	Dia: 12/12/2025
Publicação da lista de classificação dos aprovados na prova objetiva, Gabarito Oficial e resposta aos recursos.	Dia: 16/12/2025
Publicação no site do cronograma de datas do Processo de Heteroidentificação	Agendamento pela DPU
Publicação no site da lista preliminar do Processo de Heteroidentificação	Agendamento pela DPU
Período dos recursos contra o resultado preliminar do Processo de Heteroidentificação	Agendamento pela DPU
Publicação no site do resultado definitivo e respostas aos recursos do Processo de Heteroidentificação	Agendamento pela DPU

ANEXO - II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE ESTUDOS

Direito Constitucional - 1. Evolução histórica do constitucionalismo; 2. A Constituição; 3. Poder constituinte; 4. Normas Constitucionais; 5. Princípios constitucionais; 6. Direito e garantias fundamentais; 7. Nacionalidade; 8. Direitos e deveres individuais e coletivos; 9. Direitos políticos; 10. Direitos Sociais; 11. Organização do estado; 12. Poder Judiciário; 13. Defensoria Pública; 14. Controle de constitucionalidade; 15. Remédios constitucionais; 16. Habeas corpus; 17. Habeas Data; 18 Mandado de segurança; 19. Controle judicial de políticas públicas; 20. Direito à saúde; 21. Sistema Único de Saúde; 22. Direito constitucional ambiental.

Direito Administrativo - 1. Conceito e objeto do direito administrativo; 2. Bases constitucionais; 3. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do direito administrativo; 4. Ato administrativo; 5. Servidores públicos; 6. Improbidade administrativa; 7. Bens públicos; 8. Poderes da administração pública; 9. Controle judicial dos atos da administração pública; 10. Concessões e Permissões de serviço público; 11. Desapropriação; 12. Requisição administrativa; 13. Tombamento; 14. Servidão; 15. Organização administrativa; 16. Responsabilidade civil da administração.

Direito Civil - 1. LINDB; 2. Pessoas naturais e jurídicas; 3. Bens; 4. Fatos e atos jurídicos; 5. Dos atos lícitos e ilícitos; 6. Da prescrição e da Decadência; 7. Da união estável; 8. Da prova; 9. Dos contratos; 10. Da Propriedade; 11. Da posse; 12. Dos direitos reais sobre as coisas alheias; 13. Da responsabilidade Civil; 14. Do domicílio; 15. Do código de Defesa do Consumidor. 16

Direito Processual Civil – 1. Ação; 2. Jurisdição; 3. Competência 4. Competência da Justiça federal; 5. Processo de conhecimento; 6. Processo de execução; 7. Processo cautelar; 8. Mandado de segurança; 9. Antecipação da tutela; 10. Petição inicial; 11. Pedido; 12. Resposta doréu; 13. Prova; 14. Formação, suspensão e extinção do processo; 15. Da sentença; 16. Recursos; 17. Ação civil pública; 18. Ação popular; 19. Lei 9.099/95; 20. Lei 10.259/2001.

Direito Penal – 1. Princípios; 2. Teoria do delito; 3. Dos crimes; 4. Tipicidade, ilicitude e culpabilidade; 5. Consunção, especialidade e subsidiariedade; 6. Ação penal; 7. Imputabilidade penal; 8. Concurso de pessoas; 9. Concurso de crimes; 10. Crime continuado; 11. Extinção de punibilidade; 12. Das penas: espécies, culminação e aplicação; 13 Da suspensão condicional da pena; 14. Do livramento condicional, efeitos da condenação e da reabilitação; 15. Dos crimes de contrabando e descaminho; 16. Do crime de moeda falsa; 17. Do crime de uso de documento falso; 18. Dos crimes da Lei 11.343/06 (lei de tóxicos); 19. Dos crimes da Lei 9.605/98 (crimes ambientais); 20. Dos crimes contra a fé pública; 21. Dos crimes contra a administração pública; 22. Dos crimes contra o patrimônio; 23. Dos crimes contra a organização do trabalho.

Direito Processual Penal – 1. Inquérito policial; 2. Ação penal; 3. Jurisdição e competência; 4. Sujeitos processuais; 5. Extinção de punibilidade; 6. Da prova; 7. Da prisão; 8. Da liberdade provisória; 9. Processo comum; 10. Processo sumário; 11. Sentença; 12. Nulidades; 13. Recursos; 14. Habeas Corpus; 15. Lei 9.099/98; 16. Lei 10.259/01; 17. Lei 13.343/06; 17. Lei 9.605/98.



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM CASCAVEL/PR
R. Sete de Setembro, 3443 - Centro, Cascavel - PR, 85801-140

Princípios Institucionais da Defensoria Pública – 1. Princípios constitucionais; 2. A Defensoria Pública na constituição; 3. Atribuições, garantias e prerrogativas; 4. LC 80/94; 4. Emendas constitucionais relacionadas à Defensoria Pública.

Direitos Humanos – 1. Conceito de Direitos humanos; 2. A constitucionalização dos direitos humanos; 3. A constituição da República Federativa do Brasil; 4. Princípios constitucionais; 5. Hierarquia dos tratados internacionais dos direitos humanos; 6. Internacionalização dos Tratados internacionais de direitos humanos; 7. Proteção das minorias e demais grupos vulneráveis; 8. A proteção à mulher, à criança, ao idoso e à pessoa com deficiência; 9. A liberdade sexual e a transexualidade; 10. O refúgio. 11. Proteção dos povos tradicionais.

Direito Previdenciário – 1. Da seguridade social na constituição federal; 2. Princípios da previdência social; 3. Qualidade de segurado; 4. Carência; 5. Período de graça; 6. Benefícios; 7. Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social); 8. Lei 8.212/91. 9. Lei 8.213/91.17



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM CASCAVEL/PR
R. Sete de Setembro, 3443 - Centro, Cascavel - PR, 85801-140

ANEXO - III
FORMULARIO DE AUTODECLARAÇÃO EM COTAS RACIAIS

Eu,

_____, carteira de Identidade (RG) nº _____ inscrito (a) no CPF
sob o nº _____, Estudante do curso
_____, matriculado na Instituição de Ensino
_____, faço a

presente autodeclaração para fins de concorrer às vagas reservadas a candidatos negros do PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM CASCAVEL - PR 2024/2025, conforme estabelecido no Edital nº 05/2025, e nos termos do Decreto nº 9.427/2018, e na Resolução CSDPU nº 173, de 3 de dezembro de 2020, de acordo com a especificação assinalada abaixo:

preto(a)

pardo(a)

(*OBS: O quesito cor ou raça será avaliado de acordo com os termos utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

Declaro, ainda, estar ciente do disposto no parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 9.427/2018, especificamente quanto à possibilidade legal do desligamento antecipado do estágio na hipótese de ser constatada, a qualquer tempo, a não veracidade desta declaração.

Por fim, a título de informação suplementar ao já declarado, aviso a Universidade Patativa do Assaré que:

participo do Programa de Cota Racial na Instituição de Ensino que estou matriculado.

não participo do Programa de Cota Racial na Instituição de Ensino que estou matriculado.

Local _____, _____ de _____ de 2025.

Assinatura em manuscrito: _____